

GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA

VERA LÚCIA CHAIA

Professora do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP.

A agenda política nos anos 90 sofre profundas alterações. Não se trata mais de discutir questões como a transição e nem a viabilidade ou necessidade de um regime democrático. O grande tema que orienta tanto as discussões científicas, quanto as propostas de governo, é dado pela adoção de projetos de desenvolvimento econômico, face ao processo de globalização. Na área da Ciência Política, aparecem discussões que tem como objetivo, entre outras questões, a de rever as funções do Estado, dos partidos políticos e de outras instituições, diante desta nova etapa de desenvolvimento do capitalismo internacional.

O termo globalização vem merecendo vasta produção bibliográfica e discussões acaloradas no meio acadêmico e intelectual. De forma geral, tendo em vista avaliar os efeitos sobre a Democracia, pode-se sintetizar a globalização como um processo de internacionalização da produção capitalista, de desenvolvimento das comunicações e tecnologia, de redefinição da divisão internacional do trabalho, do aumento exacerbado do poder das agências financeiras internacionais, das empresas transnacionais, processo esse acentuado principalmente a partir dos anos 70.

Convém atentar para o fato de que este processo não deve ser compreendido como se desenvolvendo em um único sentido, uma vez que coexistem a valorização das especificidades locais, quanto a manifestação do fenômeno da segmentação, da produção.

Este processo de globalização, especificamente ocidental, entendido enquanto expansão do capitalismo à vários cantos do planeta, provoca novos arranjos nos Estados-nação, alterando funções, atribuições e a autonomia destes Estados, agora subordinados à

uma dinâmica mundial, à programas econômicos pré-estabelecidos pelas agências financeiras internacionais. Tal redefinição dos Estados repercute diretamente no funcionamento do regime democrático.

A democracia para aqueles que assumem a perspectiva deste processo e que incorporaram a ideologia neoliberal, é considerada como um regime político causador do crescimento dos gastos do Estado, devido às pressões de setores organizados da sociedade, que querem ver suas demandas incorporadas pelo Estado.

Quais são as conseqüências da globalização para o regime democrático? Com relação à essa questão, pode-se arrolar a reflexão de alguns autores: David Held, Perry Anderson, Atilio Boron, Bolivar Lamounier, José Luís Fiori, Carlos Estevan Martins.

David Held, em seu artigo "A Democracia, o Estado-nação e o Sistema Global", afirma que vivemos um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que o regime democrático ganha novos adeptos no sistema mundial, presenciemos o questionamento da eficácia da democracia: "As nações proclamam-se democráticas no momento em que mudanças no âmbito da ordem internacional comprometem a possibilidade de um Estado-nação democrático independente" (HELD, 1991: 146).

As premissas da Teoria da Democracia, na avaliação de David Held, são as seguintes: existência de unidades auto-suficientes, separadas umas das outras, e as mudanças ocorridas num regime democrático responderiam aos requisitos de ordem interna, expressando a atuação dentro do Estado-nação. Porém essas premissas começaram a ser questionadas, pois vive-se em um período de predomínio da dinâmica da economia mundial, que en-

volve mudanças no plano do direito internacional e no crescimento das ligações transnacionais.

O autor tem como preocupação mostrar que apesar das mudanças ocorridas nas democracias hoje, decorrentes do processo de globalização, não existem reflexões sobre as implicações deste processo e uma teorização necessária para analisar estas alterações.

A nova ordem internacional pressupõe um sistema econômico global, uma rede de relações transnacionais e de comunicações, crescimento de organizações e regimes internacionais, desenvolvimento de uma ordem militar global, elementos esses que ignoram, ou escapam dos Estados-nação. Na avaliação de David Held: "...a significação dos processos atuais de decisão democrática tem de ser considerada no contexto de uma sociedade multinacional, multilógica e internacional, e no contexto de um enorme elenco de instituições já existentes ou em vias de nascer, regionais e globais, políticas econômicas e culturais, instituições essas que transcendem e mediam as fronteiras nacionais" (HELD, 1991: 160).

Apesar destas mudanças, Held afirma que o processo de globalização não é homogêneo e, a inserção dos Estados-nação é diferenciada a este processo, o que pressupõe a persistência de sua capacidade de formular orientações políticas nas ordens interna e externa. Portanto, o que prevalece é uma soberania afetada e uma autonomia estatal limitada.

Esse processo de globalização tem uma ideologia, o neoliberalismo, que segundo Perry Anderson, é uma reação teórica e política contra o Estado interventor e de bem-estar. As idéias neoliberais começam a ganhar destaque com a crise do sistema capitalista, a partir dos anos 70. As críticas dos neoliberais são dirigidas ao aumento do poder do Estado, ao poder dos sindicatos e do movimento operário, e ao crescente gasto público com questões sociais.

A saída apontada pelos neoliberais começa pela estabilidade monetária, visando conter os altos índices inflacionários. Para

tanto, consideram necessário o estabelecimento de uma disciplina orçamentária, priorizando a diminuição com os gastos sociais. Nesta concepção, as reformas estruturais (fiscal, tributária, administrativa) seriam fundamentais para enxugar a máquina administrativa do Estado. Com esses mecanismos estruturados, e com o livre jogo do mercado, a economia capitalista voltaria a crescer, às custas do aumento da desigualdade, avaliada como necessária para quebrar o poder dos sindicatos, e frutífera para dinamizar as economias.

Segundo Perry Anderson, uma consequência direta desta política é o aparecimento de altas taxas de desemprego, considerado como 'natural', pois este seria concebido como um mecanismo necessário de qualquer economia de mercado. Portanto, nesta perspectiva, o Estado deixaria de exercer um papel de interventor, restringiria sua atuação às áreas de educação, saúde, segurança e transportes. Para isso, deveria enxugar ao máximo sua administração, promovendo as privatizações de suas empresas, e se caracterizando como um Estado mínimo.

Na avaliação de Atilio Boron, as críticas feitas contra o Estado interventor pelos neoliberais são infundadas, pois as economias capitalistas dos países europeus só cresceram graças à intervenção do Estado e ao aumento com os gastos sociais. Falar hoje da crise das democracias e da ingovernabilidade é fazer um discurso conservador, visando destruir os regimes democráticos. Será necessário diminuir o Estado? Mudanças são necessárias, reformas devem ser executadas, mas não às custas da contenção indiscriminada dos gastos sociais.

Boron defende o fortalecimento do Estado, o aprofundamento das reformas sociais, porém não nega que a democracia na América Latina possui sérios problemas, como: aumento da violência e criminalidade; decomposição social e anomia; crise e fragmentação dos partidos políticos; ineficácia do Estado; poder maior do Executivo; isolamento da classe política; impunidade aos crimes sociais políticos e econômicos efetuados pelas elites;

ressentimento e frustração das massas; corrupção do aparelho estatal e de certas esferas da sociedade civil; submissão do Congresso ao Executivo; problemas com a Justiça.

A concepção de democracia para Boron, envolveria não só uma democracia política, mas social e econômica, e neste sentido o papel do Estado seria fundamental, enquanto redistribuidor de rendas, visando minimizar as desigualdades sociais.

Se existe esta proposta de enxugamento da máquina estatal e a contenção dos gastos sociais para os países da América Latina, e todas as consequências decorrentes deste processo, o mesmo se pode afirmar sobre os países que fazem parte da União Européia. O Tratado de Maastricht tem como objetivo prescrever uma política para os estados europeus se adequarem às normas estabelecidas por este tratado, implicando em austeridade, estabilidade e contenção dos gastos públicos.

Um outro dado a ser acrescentado neste processo é o significado da globalização para a democracia representativa. As autoridades eleitas estão perdendo o seu poder em decorrência da hegemonia dos planos econômicos traçados pelas grandes agências financeiras internacionais. Na avaliação de Bolivar Lamounier o resultado desta processo de globalização leva: ao fortalecimento de Executivo, com aclamação plebiscitária para os executivos que promovam reformas liberais; tendência à existência do “governo por decreto”, significando existir o uso e abuso de instrumentos excepcionais - decretos-leis, medidas provisórias -, utilizados devido à relativa inegociabilidade das propostas de reforma. No entanto, Lamounier reconhece que a globalização produzirá dois efeitos benéficos para a democracia, no médio prazo: “1) a convergência (ou pelo menos a redução do antagonismo) nas ideologias econômicas; 2) a convergência de países engajados em processos de integração supranacional no sentido de uma mesma forma político-constitucional, que sem dúvida será a democracia” (LAMOUNIER, 1996: 7).

Lamounier acredita que num futuro próximo predominarão países com regimes democráticos, com sistemas partidários menos ideológicos e menos coesos, partidos mais pragmáticos, com menos antagonismos ideológicos. Apesar do otimismo do autor, o que se presencia é uma crescente dependência dos “Estados-nação” ao sistema financeiro internacional, a vigência de uma democracia política, sem a eliminação das desigualdades econômicas e sociais. A busca do “consenso” e a eliminação das diferenças ideológicas, avaliadas positivamente pelo autor, provocará a destruição da democracia, pois esta pressupõe a divergência, a convivência das diferenças, ou como afirma José Luís Fiori, devemos buscar o “dissenso”, pois o desaparecimento das diferenças significa o desaparecimento da democracia.

Deve-se concordar, no entanto, que ocorreu, com esse processo de globalização, uma alteração no funcionamento dos partidos políticos. Os partidos de massa, de militantes, deixou de existir, predominando o partido que disputa as eleições, dentro do ciclo parlamentar/eleitoral, e o político pré-fabricado por uma indústria de marketing político.

“Nas democracias contemporâneas, diversificam-se e multiplicam-se os canais abertos a essa participação (política), fenômeno que atesta a sua vitalidade. Dentre tais canais, destacam-se alguns meios de comunicação de massa” (TÓTORA e CHAIA, 1993: 40). Além da proliferação de ONGs (Organizações não Governamentais), de Igrejas, presenciamos, portanto, o fortalecimento da mídia, que ocupa um espaço da esfera política, antes restrita aos partidos políticos.

No atual período democrático, frente ao processo de globalização, deve-se avaliar o impacto do fortalecimento dos meios eletrônicos de comunicação de massa.

A preocupação com a relação entre democracia e sociedade de massa foi apontada originariamente, de maneira significativa, por Alexis de Tocqueville no final do século XIX, preocupado então em detectar os obstáculos ao funcionamento da Democracia, expressos

tanto na tirania da maioria, quanto na valorização da igualdade em detrimento da liberdade, entre os norte-americanos. A escola de Frankfurt, na primeira metade do século XX, politiza também essa discussão situando a indústria cultural no interior das relações capitalistas. Nos anos 60, Marshall McLuhan chama a atenção para o caráter revolucionário da mídia ao afirmar que o mundo é uma “aldeia global”, com a comunicação eletrônica e a produção de informação circulando sem fronteiras.

Recentemente, Paul Virilio contribui para essa discussão, conceituando a “guerra eletrônica total”, no interior do qual a velocidade absoluta fundamenta uma nova situação autoritária, onde a produção e o consumo dos produtos da mídia colocam em risco a democracia, uma vez que impede a reflexão, a participação, sendo que os valores são impostos pelos meios de comunicação.

Também Régis Debray ao propôr a midiologia como disciplina afirma que no atual “Estado-Sedutor”, que deu lugar ao “Estado-Educador”, a política passa a depender da tecnologia, reduzindo assim o papel desempenhado pelos políticos na atual sociedade, uma vez que deve sujeitar-se às máquinas de comunicação.

Neste cenário contemporâneo, busca-se então abordar o poder da mídia - estruturador de um campo simbólico, com enorme significação no âmbito das conjunturas ou disputas políticas -, sob condições de vigência da Democracia em uma época de globalização intensiva. A mídia deve ser compreendida enquanto fonte geradora de sistemas de representação da realidade, utilizados seja para compreender a sociedade ou para acionar diferentes formas de ações.

Mesmo ao se considerar a importância da mídia no controle dos poderes políticos e, portanto, sua contribuição para a manutenção de experiência democrática e para a liberdade, um ponto fundamental a ser assinalado refere-se ao fato de que a mídia, em determinados momentos, reforça as críticas às instituições políticas democráticas. Numa re-

lação de complementariedade entre a esfera da política e o sistema de mídia, também pode-se perceber a existência de tensões, à medida em que a mídia pode desqualificar, ao generalizar ou informar parcialmente, a atividade política, ao investir contra parlamentares e outros agentes políticos, sejam eles indivíduos ou organizações.

Não se quer com isso afirmar que o desprestígio, ou a rejeição aos políticos e à algumas instituições democráticas seja decorrente diretamente do poder manipulador da mídia, mas problematizar os limites que equilibram críticas e manutenção de valores ou instituições democráticas. Uma pergunta pode ser feita: quem controla a mídia? O peso político dos meios de comunicação é muito grande nesta etapa da globalização, assim se torna importante debater o sentido das transformações experimentadas pelo sistema político e pelo sistema midiático, tendo em vista a preservação e fortalecimento da sociedade democrática.

As reflexões aqui propostas sobre a relação Globalização e Democracia, embora incipientes, são importantes para se compreender a relação entre a política e a nova ordem mundial.

MARIA JOSÉ DE REZENDE

Professora do Depto. de Ciências Sociais da UEL

“Globalização e democracia: novos desafios à mídia brasileira”, foi uma mesa que você coordenou na 48ª SBPC. Segundo reportagem publicada na Folha de São Paulo, era detectável uma visão pessimista sobre as possibilidades da democracia em uma sociedade globalizada. Isto era visível nas falas de Venício Lima, da UNB e de Gabriel Cohn, da USP.

Havia um consenso entre os debatedores de que a mídia ocupa hoje um papel de vanguarda no processo de globalização, por isso,

Gabriel Cohn afirmava que seria preciso inverter a agenda liberal. Ou seja, teríamos de “criar algum mecanismo público ou governamental capaz de controlar esses meios de comunicação que tinham a tarefa de controlar os governos”.

Você considera que a nova configuração da mídia (como afirmava neste mesmo debate o jornalista Marcelo Coelho, a mídia “por um lado impulsiona o processo de desterritorialização e, por outro, cria uma ‘democracia de supermercado’”), na economia globalizada é uma ameaça à democracia?

A idéia de democracia que emerge na sociedade moderna com Rousseau, Montesquieu, por exemplo, se consubstancia com a idéia de liberdade e de igualdade. No entanto, o processo de globalização e de expansão de um mundo de alta tecnologia leva a um processo de implosão desta consubstancialidade?

(Isto seria ligado, também, ao processo de quem controla a informação, nesta sociedade. A liberdade de controlar a informação está nas mãos de alguns, e isto não implodiria a consubstancialização entre democracia e liberdade, por exemplo?)

Christopher Lash em **A rebelião das elites e a traição da democracia** nos diz que “as novas elites, que incluem não só gerentes de empresas, mas todos os profissionais que produzem e manipulam informações - a alma do mercado global - são migratórias. A sua visão de mundo é essencialmente a de um turista”. Ele afirma que não há por parte desta elite qualquer dedicação à questão da democracia.

Você concordaria com isso, ou seja, de que estas novas elites, no mercado global, estariam contribuindo no sentido de soterrar a possibilidade de democracia?

Numa economia de mercado global há uma tendência em acentuar o consumo supérfluo entre algumas camadas da população. Em países como o Brasil, por exemplo, em que este consumo supérfluo é combinado com uma crescente miserabilidade de uma enorme maioria, os ideais democráticos não se torna-

riam, assim, continuamente, incompatíveis com um mundo globalizado?

Nas economias globalizadas os Estados nacionais e as instituições políticas estão passando por severos reajustes, isto leva, sem dúvida, a alterações substanciais, tendo em vista que se caminha para um processo de perda das possibilidades de se tomar decisões políticas no âmbito destes Estados. Nestas condições, quais seriam as possibilidades de se falar em democracia, enquanto publicização das relações sociais, ou seja, enquanto processo contínuo de expansão do espaço público?

Qual o prognóstico para a democracia que poderíamos fazer no mundo atual? A democracia supõe a existência de um debate público. No entanto, assiste-se a um processo de crescimento da impossibilidade de que uma grande camada da população de inúmeros países (do chamado 3º mundo, por exemplo) tenha acesso e compreensão de questões complexas que interferem quotidianamente em suas vidas?

(Por ex. a política neoliberal, o chamado consenso de Washington, etc.. Qual a percentagem da população que sabe do que isto se trata? E são questões que interferem diretamente em suas vidas).

Para falar em democracia no mundo globalizado é preciso deixar claro de qual perspectiva estamos falando, ou seja, a qual democracia nos referimos. Se é de uma democracia elitista (aquela que se desenvolveu desde o início do século XX com Pareto, Mosca, etc. e depois seguiu com Schumpeter, Sartori, Lipset, Dahl, etc.), poderíamos conceber que o mundo globalizado geraria ou inventaria uma nova democracia de elite, ou seja, uma democracia somente para alguns que estivessem incluídos, de alguma forma, inclusive como consumidor, no mercado global. Seria, então, a elitização da democracia elitista. Dentro desta perspectiva o prognóstico para a democracia é um.

Qual é o prognóstico da democracia no mundo globalizado que podemos fazer, se pensarmos a democracia dentro de uma outra

perspectiva que se desenvolveu também no século XX, e que tem como fundamento a publicização das relações sociais, ou seja, uma democracia não-elitista na medida em que ela significa a criação das possibilidades para a constituição de atores sociais capazes de balizar a ação do outro na arena política. Certamente, nestas condições, é absolutamente pessimista o prognóstico que podemos fazer da democracia num mundo globalizado.

Há no caso do Brasil uma ironia, ou seja, vivemos uma ditadura durante 20 anos. Quando finaliza esta ditadura, todas as expectativas em torno da democracia passam a conviver com os limites impostos por um processo de ajustes internacionais, ou seja, não resolvemos os problemas internos de nossa fragilidade democrática (clientelismo, coronelismo eletrônico, etc) e sofremos um amplo processo de ajustes que fragiliza, continuamente, nossas esperanças em torno da democracia. Nestas condições, não se estaria repetindo algo muito presente em toda a história política brasileira, ou seja, teríamos a prevalência de uma retórica democrática ou de uma promessa de democracia, enquanto as condições de violência, miserabilidade, desemprego, etc. indicam para uma impossibilidade de efetivação da democracia?

**LUZIA HERRMANN DE
OLIVEIRA**

Professora do Depto. De Ciências Sociais da UEL

O tema proposto é amplo demais e eu teria inúmeras perguntas. Como neste espaço de tempo não é possível abordar muitas questões, vou fazer apenas uma pergunta, que se desdobra em outra e que, a meu ver, são essenciais para a compreensão daquilo que a Vera entende por possibilidade de democracia no processo de globalização.

A primeira, diz respeito à possibilidade de autonomia dos Estados nacionais nessa nova realidade globalizada. A meu ver, um ponto essencial na discussão sobre democracia, diz respeito aos possíveis graus de autonomia dos Estados nacionais na atualidade, pois, se compreendermos a democracia como o modelo político que possibilita a intervenção da sociedade mais ampla nas instâncias decisórias do poder e considerarmos que a organização representativa nos moldes atuais já apresenta dificuldades sérias à intervenção da maioria, poderemos imaginar o que aconteceria se o processo decisório se internacionalizasse. Sem dúvida, a democracia tornaria-se inviável. Parece-me que esse é um problema importante que merece ser até conceitualmente melhor colocado. Sendo assim, em primeiro lugar, eu gostaria de conhecer a posição da Vera sobre um tema que é extremamente polêmico e sobre o qual não tenho ainda uma resposta.

Para ela, essa nova relação social globalizada provoca novos arranjos nos Estados-Nação, o que é uma realidade. Contudo, parece-me importante distinguir, no caso da América Latina e países periféricos, em que medida essas relações apresentam-se como verdadeiramente novas, ou são apenas o aprofundamento de um processo capitalista que já tem séculos e que, pelo menos a partir do século XX, tornou-se profundamente internacionalizado.

No caso da América Latina, e do Brasil mais especificamente, se nos reportarmos à I República, veremos que o processo de industrialização brasileiro esteve visceralmente ligado à importação do capital financeiro e à exportação do capital mercantil-café. Ou seja, esta relação já acontecia na I República. Se avançarmos para o período Vargas, que foi a fase mais fechada de nossa economia, constatamos que, apesar disso, as empresas estatais foram construídas com empréstimos internacionais que aconteceram após uma série de negociações políticas internacionais que são do conhecimento de todos. No pós-guerra, quando se iniciou o chamado período da "in-

ternacionalização da economia”, as empresas multinacionais instalaram-se no país e uma literatura sociológica enorme, vastíssima, incumbiu-se de nos apresentar os dilemas políticos de um período caracterizado como de dependência e exploração da sociedade brasileira em relação ao capital internacional.

Bem, durante a década de 80 parece que, de fato, houve um estancamento neste processo. Em 1982 houve o colapso econômico do México e depois, em cascata, os países da América Latina foram entrando em moratória. Esse processo econômico gerou uma crise de tal proporção, que durou uma década, hoje conhecida como “a década perdida”.

Ontem ouvíamos a professora Marlyse falando sobre a imigração italiana no Brasil e sobre o enriquecimento cultural que nos foi propiciado pela vinda desses imigrantes ao país¹. Sua fala nos faz lembrar que, durante décadas, vigoraram no Brasil altos índices de crescimento econômico e o país tornou-se caracteristicamente importador de mão de obra. Comparativamente, durante a década de 80, o Brasil se transformou em um país exportador de mão de obra. Nos anos 80, o Brasil empobreceu tanto que se tornou incapaz de garantir emprego aos brasileiros em idade de ingressar no mercado de trabalho.

Somente na transição para os anos 90 essa crise sofreu uma mudança, com o surgimento dos planos de estabilização econômica. É sabido que esses planos obedeceram a uma dinâmica internacional. Mas é igualmente verdadeiro que foi a partir desses planos que os capitais internacionais, que haviam abandonado a América Latina, regressaram. Na realidade, a partir da década de 80 houve um afrouxamento das relações de dependência porque diminuíram os investimentos internacionais na América Latina, e a questão que se coloca, é em que medida podemos afirmar que isso foi bom para o desenvolvimento desses países.

Assim, parece-me importante determinar o que está ocorrendo de verdadeiramente

novo neste final de século. Claramente, é preciso reconhecer que há mudanças: por exemplo, a constituição dos mercados comuns entre Estados-Nacionais, como o Mercosul ou a União Européia. Outra novidade importante a ser considerada é o surgimento dos capitais internacionais meramente especulativos, que são extremamente perigosos e que levaram à quebra da economia do México no ano passado. Esse exemplo do México é interessante para nossa discussão, porque ele mostra que o Estado brasileiro ofereceu na época uma resposta, com mudanças na política econômica do governo, objetivando controlar os chamados capitais voláteis e evitando, desta forma, que o país entrasse em uma crise econômica semelhante àquela vivida pelo México.

Parece-me, portanto, que essa questão não está suficientemente clara. Qual é, afinal, a posição do Estado nacional frente a esses novos problemas que se apresentam? As novas perspectivas mundiais nos indicam o caminho da “desterritorialização” (repetindo o termo utilizado pela Maria José neste debate) e a internacionalização de todas as relações? Ou não: o Estado e os governos nacionais continuarão sendo um mecanismo de intermediação e controle dentro das nações? Essa seria a primeira questão, pois, embora ela não esteja diretamente ligada à discussão sobre democracia, indiretamente ela está.

A segunda questão é um desdobramento da primeira. Na verdade, sempre que se fala nesses novos tempos, a tônica destas discussões - e isso foi dito aqui pela Vera e repetido pela Maria José - é enfatizar o caráter neoliberal dessas mudanças, com uma política de enxugamento do Estado, ou seja, com um programa de governo que vai da privatização das empresas estatais à negação das políticas públicas de cunho social-democrata. Segundo essa ótica, a educação e a saúde, só para citar um exemplo, seriam totalmente abandonadas, em função de um projeto de estabilização da moeda.

Minha dúvida, neste caso, é compreender até que ponto essas coisas encontram-se verdadeiramente ligadas. Ou seja: esse pro-

¹ Palestra da prof.a Marlyse Meyer, nesta edição.

cesso de globalização encontra-se necessariamente relacionado a um projeto neoliberal, ou uma coisa se distingue da outra? A meu ver, uma coisa é o desenvolvimento do capitalismo, que está passando por um processo de globalização; outra coisa, é a política que irá implementar essa transformação.

Este ano, foi traduzido para o português um livro publicado em 1993 pela Universidade de Cambridge, escrito a seis mãos, que trata exatamente deste problema. Seus autores são Luiz Bresser Pereira, um economista brasileiro, que trata da América Latina; José María Maravall, espanhol, que fala sobre a transição democrática espanhola; e Adam Przeworski, que é polonês, e discute a questão do Leste Europeu. Começando pelo título, **Reformas Econômicas em Democracias Novas: uma proposta social democrata**, que lembra nossa discussão neste seminário, o livro é interessante por apresentar uma visão diversa do problema. Segundo esses autores, de fato, as políticas neoliberais são extremamente perversas, contudo, elas não se apresentam como um caminho necessário, uma vez que é possível haver propostas alternativas capazes de atender aos interesses da maioria da população. E, no que se refere a esse atendimento, são os Estados nacionais os responsáveis pela adoção ou pela não-adoção, destas políticas públicas democratizadoras. Dentro desta ótica, cabe ao Estado tomar a frente dessas mudanças. Então, neste debate sobre esquerda versus direita, que também foi mencionado neste seminário, ou sobre a capacidade decisória dos Estados nacionais nesse novo contexto sócio-político, a questão da democracia e da liberdade de voto tornam-se cruciais, pois na democracia a opção por tal ou qual política é entregue à escolha popular. Quando existe um sistema de eleições funcionando regularmente, é o resultado eleitoral que determinará o projeto a ser implantado. Desta forma, a liberdade de voto continuará fazendo grande diferença.

Em resumo, são essas as questões que eu colocaria para a professora Vera desenvolver: em sua opinião, qual seria o atual grau de

autonomia dos Estados nacionais e, relacionado a isso, em que medida a dita democracia formal mantém sua enorme importância?

VERA LÚCIA CHAIA

Professora do Depto. de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em C. Sociais da PUC/SP.

Achei muito instigante as dúvidas da Maria José e da Luzia e não sei se serei capaz de responder a todas. Muitas das questões que vocês colocaram são dúvidas minhas, também, porque, como eu disse, estamos vivendo um momento de transição e, nesse sentido, fazer uma análise é arriscado.

Com relação à mesa que coordenei na SBPC sobre **Globalização e Democracia - os desafios à mídia brasileira**, acredito que foi uma experiência muito interessante porque mostrou que os três participantes, prof. Gabriel Cohn, Marcelo Coelho e prof. Vinício Lima, da UnB - claro que apresentando posições um pouco diferentes entre si - ponderaram sobre o momento em que vivemos, ou seja, sobre um momento complicado, relativamente à democracia numa era globalizada, em que a mídia tem uma preponderância muito grande para o agendamento dos temas políticos. E por atuar como vanguarda do processo de globalização, a todo momento vemos, principalmente na imprensa escrita, uma discussão em torno dessas temáticas.

A **Veja**, no semestre passado, publicou uma revista em cuja capa estava escrito "Globalização", apresentando um enfoque interessante porque embora mostrasse vários problemas, o que predominava era uma avaliação altamente positiva do processo de globalização. Mostrava muitos problemas, como o desemprego, etc., mas o saldo era muito positivo. Nesse ponto falta exatamente especificar -

como a Maria José frisou - que o processo é positivo para determinados setores. O que nós vemos hoje é uma desresponsabilização do Estado em relação a certas atividades que seriam essenciais que fossem cumpridas por ele. Existe uma terceirização das ONGs, que estão assumindo determinadas funções que caberiam principalmente ao Estado, como responsável por determinados setores da sociedade.

O que nós vemos é que a questão da democracia, neste momento em que a mídia assume poderes muito grandes, é complicada. Existe a necessidade de controle sobre esse processo dos meios de comunicação de massa. As TVs a Cabo e o rearranjo de empresas que vão se aglutinando e se fortalecendo, faz com que não exista uma democratização dos meios de comunicação. Temos, sim, controles absolutos desses meios de comunicação e que transmitem sistemas simbólicos, sistemas de representação. Além disso, são eles que agendam determinadas questões que serão debatidas pela sociedade e pelos governantes.

Outro aspecto que pode ser levantado, é a força e a ganância de determinados setores em deter esses meios de comunicação. Estou me referindo a determinadas igrejas que buscam ampliar seus espaços na mídia. Falo especificamente no caso dos evangélicos. No estado de São Paulo, existe um avanço muito grande das rádios livres, ou seja, elas não têm a concessão, mas abrem o som e se comunicam com determinados segmentos da sociedade ou com determinados bairros. E já existem estudos sobre essa questão, mostrando que essas rádios não são mais aquelas rádios com espírito revolucionário, que se contrapõem ao Estado, ou que apresentam uma programação alternativa, mas são justamente rádios com preocupações comerciais e doutrinárias. O que predomina em termos de rádios livres são as rádios evangélicas. O que estamos presenciando, portanto, não é uma democratização dos meios, e sim a utilização da mídia como processo de doutrinação, seja doutrinação religiosa, seja doutrinação políti-

ca. Acho que isso não é positivo de nenhum lado.

Com relação à questão da liberdade e da igualdade e do controle da informação, acho que é uma discussão complexa, mas o que vemos hoje é uma liberdade restrita a determinados setores. Quando se fala que vivemos uma época de globalização e que os cidadãos são cidadãos do mundo, é preciso perguntar, afinal, quem são esses cidadãos. Efetivamente, nós somos cidadãos, mas somos uma minoria. E isso, com muitas restrições, pois não podemos passar por uma fronteira sem a permissão do país; não podemos entrar pelo sistema da Internet, sem dinheiro. Esse processo apresenta limites à própria liberdade. A questão da liberdade é complexa e a questão da igualdade é ainda mais complexa. Um dado, que pode ser comprovado empiricamente, é o aumento da desigualdade, do desemprego, da miséria, da exclusão social. Certos conceitos utilizados nos anos 70, como marginalidade, estão reaparecendo. Isso é sintomático, é produto deste momento. Efetivamente, existe uma apropriação desta democracia, que é uma democracia limitada por determinados setores, setores que não fazem parte da maioria da população. Nossas elites não estão preocupadas com a democracia. Claro, existe um aspecto instrumental da democracia. O próprio estudo que fiz de Jânio Quadros mostrou que embora ele fosse uma liderança autoritária, sempre ascendeu ao poder assumindo os cargos públicos através dos partidos, porém usando a democracia como um instrumento e não por acreditar na democracia em toda sua substância.

Com relação à elitização da democracia e da democracia neste contexto de desigualdade, acho que a democracia se constrói com participação política. E nossa história política é marcada pela não-participação. Fica difícil pensar em espaços democráticos sem a vivência democrática. Isso provoca uma visão de ineficácia e de questionamento da democracia. Outro aspecto que é importante ressaltar, refere-se à democracia, não só democracia a uma democracia política, como também a

democracia social e democracia econômica. E cada vez mais estamos vendo uma separação entre essas esferas, com determinados setores sendo privilegiados.

Com relação às perguntas da Luzia, concordo que muitos dos momentos relatados mostram a dependência do Estado em relação ao capitalismo internacional. Mas penso, por exemplo, no governo JK e em toda uma discussão que se fazia na época sobre a abertura dos capitais estrangeiros e qual deveria ser o controle sobre esses capitais. Agora não se pergunta mais. A diferença é que atualmente esses capitais já estão aí e já não existe essa preocupação econômica sobre onde esses capitais irão se instalar. Hoje existe uma visão muito objetiva do que é necessário para que uma empresa transnacional se implante no país. Já não são mais as empresas que procuram os governos oferecendo determinadas condições, mas são os governos que oferecem todas as condições para a implantação destas empresas. Cito o exemplo do Paraná, que vai implantar a Renault, São Paulo com a Honda e o Rio de Janeiro, com a Fiat. O que vimos nesses casos foram os governantes tentando persuadir as empresas a se instalarem em seus respectivos estados, dando-lhes todas as garantias. No passado havia uma preocupação em limitar sua atuação, com a lei de remessas de lucro para o exterior; havia uma preocupação em preservar a Soberania Nacional. Atílio Boron, sociólogo argentino, reforça a idéia da necessidade do Estado intervir na sociedade atual. Os países europeus só conseguiram crescer com a intervenção do Estado. Nós nem sequer passamos por esta fase, nem sequer passamos por uma distribuição de renda.

No caso, o governo Fernando Henrique não se enquadra num modelo neoliberal puro. Isso não existe. Presenciamos momentos de abertura total para o capital, para as importações, como carros importados, ocorrendo uma avalanche de consumo. Daí as empresas nacionais questionam, dá-se uma reversão com a aumento das taxas mas, depois, as empresas estrangeiras entram em ação contra essas taxas. Essas idas e vindas mostram a falta

de autonomia do Estado e a grande interferência do capital internacional. A presença do capital internacional é hoje muito forte, não dá para desconsiderar. É uma nova realidade. No momento atual a questão da autonomia do Estado é muito mais complexa.

Se tomarmos como exemplo os casos do Peru, Argentina, Brasil, todos lutaram ou estão lutando pela reeleição. Peru exacerbou seu poder fechando o Congresso Nacional, o que não deve acontecer no Brasil, mas aqui estão sendo preservadas negociações que envolvem práticas clientelísticas. Estamos presenciando, efetivamente, o comprometimento da autonomia. Na minha avaliação, o Estado ainda teria muito a fazer, principalmente na redistribuição de renda e nas áreas mais prejudicadas por este processo de globalização.

Quanto às políticas neoliberais, vemos propostas de reformas que visam enxugar a máquina do Estado, reformas que são baseadas em uma política neoliberal mas, é claro, ninguém seria ingênuo de pensar que esta política poderia ser implantada em sua toda sua plenitude. O que observamos são ações do Estado, ora beneficiando determinados setores, ora retirando subsídios, ora o Estado intervindo no mercado, ora deixando de intervir. Presenciamos uma mudança na atuação dos partidos políticos, ao invés de predominar o debate em torno de plataformas políticas e idéias, existe a indústria do marketing político e a criação da imagem de determinados políticos, o que é tremendamente prejudicial para a democracia.

Nós não acompanhamos debates em torno de idéias, mas sim agressões mútuas, bem montadas pela mídia. Citando o exemplo de São Paulo, vemos que nessas eleições, em primeiro lugar está o Pitta, em segundo a Erundina e, em terceiro, o Serra. Mas em determinado momento havia interesse na mídia em mostrar que o Serra poderia subir nas pesquisas (porque era seu candidato preferido) e ir para o segundo turno, com Pitta. Então, o que ocorreu? Vimos então uma artilharia brava entre dois pesos pesados da política brasileira, tentando mostrar uma postura muito

crítica entre ambos os candidatos e suas respectivas origens, Maluf e Fernando Henrique Cardoso. Isso fez com que o Serra ganhasse um espaço colossal na mídia, enquanto a Erundina era ignorada. Hoje foi publicada a pesquisa do Data-Folha e também do Ibope, em que reconhecem que, possivelmente, será a Erundina a candidata que irá para o segundo turno. Ou seja, houve a tentativa de puxar um candidato para o segundo turno. É claro que isso é complexo, pois a idéia de democracia envolve a idéia de responsabilidade, não apenas entre os cidadãos como também da mídia. E é muito difícil haver um controle sobre esse processo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo, **Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BORON, Atilio. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. São Pulo: Paz e Terra, 1994.
- CHAIA, Vera. **Globalização e Democracia: Novos Desafios à Mídia Brasileira**. Mesa Redonda apresentada na 48ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, PUC-SP, jul. 1996.
- FIORI, José Luís. A Governabilidade Democrática na Nova Ordem Econômica, **Cadernos do IEA/USP**, nov. 1995.
- _____. Em Busca do Dissenso Perdido, **Insight Editorial**, Rio de Janeiro, 1995.
- HELD, David. A Democracia, o Estado-Nação e o Sistema Global, **Lua Nova**, n.º 23, 1991.
- LAMOUNIER, Bolivar. Crise ou Mudança? O Futuro da Política na Era da Globalização, **Papers da Fundação Konrad-Adenauer**, n.º 24, São Paulo, 1996.
- LASH, Christofer. **A Rebelião das Elites e a Traição da Democracia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- MARTINS, Carlos Estevan. **Globalização versus Democracia. A decadência da forma partido**. Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro Brasileiro, IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro: set. 1996.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; MARAVALL, José Maria; PRZEWORSKI, Adam. **Reformas Econômicas em Democracias Novas: uma proposta social-democrata**. São Paulo: Nobel, 1996.
- TÓTORA, Silvana e CHAIA, Vera. Democracia e Participação Popular: a imprensa de São Paulo, **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n.º 2, Fundação SEADE, São Paulo, abr./jun. 1993.